

# Projeto junta especialistas para tornar a União Europeia mais resiliente ao fogo

18 de Março, 2022

Os incêndios rurais são cada vez mais uma ameaça para toda a Europa, sendo que as regiões afetadas por estes fenómenos enfrentam incêndios em larga escala com números nunca antes vistos. A este cenário acresce as previsões de vários especialistas sobre a ocorrência destes eventos extremos que irá alastrar em breve para outras regiões ainda não atingidas.

Para responder a esta ameaça, a Comissão Europeia está a investir em grandes consórcios com vista ao desenvolvimento de novos modelos e abordagens de combate aos grandes incêndios. É neste contexto que surge o FIRE-RES, cujo [website](#) foi lançado recentemente, refere o CEF – Centro de Estudos Florestais, uma das entidades que, em Portugal, coordena o projeto.

Iniciado em dezembro de 2021 e com uma duração de 4 anos, o projeto FIRE-RES – Tecnologias inovadoras e soluções socioeconómicas para territórios resistentes a grandes incêndios na Europa – tem como objetivo global contribuir para uma Europa mais resiliente aos incêndios extremos. Para alcançar esta meta, o projeto pretende desenvolver um conjunto de “ações inovadoras para compreender o comportamento dos incêndios, os seus fatores determinantes e o seu impacto na paisagem, na economia local e nas comunidades”. Além disso, pretende “desenhar e aplicar estratégias e ferramentas de gestão que possibilitem uma melhor governança, maior capacidade de recuperação por parte das comunidades afetadas por estes eventos e uma comunicação mais eficaz sobre o risco de incêndios”, lê-se num comunicado.

Para tal, serão testadas 34 ações inovadoras em 11 ambientes de pequena escala chamados Living Labs (LLs), que terão lugar em várias regiões da Europa e na América. Os Living Labs estarão localizados em França (Nouvelle Aquitaine), Bulgária, Espanha (Ilhas Canárias, Catalunha e Galiza), Alemanha, Países Baixos, Grécia, Noruega, Suécia, Portugal, Itália (Sardenha) e no Chile. Todos eles envolverão colaborações com o setor público, entidades científicas, empresas e associações locais. As estratégias e ações implementadas a nível local ou regional serão generalizadas para aplicação como instrumentos de governação à escala global e nas mais diversas condições.

Espera-se, assim, que o FIRE-RES contribua para a “redução do número de perdas humanas”, assim como dos “impactos negativos causados pelos incêndios florestais no edificado, na paisagem, nos ecossistemas e na saúde humana”. Desta forma, o projeto contribuirá para alcançar as metas do Pacto Ecológico Europeu e da União Europeia (EU) para 2030 que prevêem a redução dos incêndios rurais extremos e o aumento da capacidade da UE na prevenção e gestão de catástrofes ambientais. “O FIRE-RES é sustentado por um consórcio

de 34 parceiros de 13 países, que integra universidades, centros de investigação, organismos de combate a incêndios, empresas de tecnologia, indústria e organizações da sociedade civil, sendo coordenado pelo CTFC – Centro de Ciência e Tecnologia Florestal da Catalunha (Espanha)”, explica o CEF.

Em Portugal o projeto envolve 5 parceiros – o ForestWISE, Instituto Superior de Agronomia (CEF), a Escola Nacional de Bombeiros, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência e um Living Lab.

De acordo com a mesmo comunicado, a participação da equipa portuguesa terá um “envolvimento transversal e oferecerá um contributo importante para o sucesso do projeto e para a otimização dos seus impactos no país”, em particular, no que respeita aos “processos de tomada de decisão na mitigação do impacto dos incêndios, à implementação de novas práticas de gestão florestal integrada, à mentalização para a prevenção e comunicação de risco e ao apoio à implementação de políticas para o desenho e planeamento de paisagens mais sustentáveis e resilientes”.

O projeto FIRE-RES conta com um financiamento de 19.8 milhões de euros do Horizonte 2020 – Programa de Investigação e Inovação, ao abrigo do acordo nº 101037419. O financiamento da participação Portuguesa é de cerca de 3.2 milhões de euros.